



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



ANÁLISE DE RISCOS

Nº DOD:	TRF2-DOD-2022/00026	DATA:	28/03/2022
----------------	---------------------	--------------	------------

Construção: Integrante Técnico.

Apoio: Integrante Requisitante e Integrante Administrativo.

Objetivo do artefato: Descrever e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas.

1. RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO			
RISCO 1	Risco:	Licitação deserta ou fracassada	
	Probabilidade:	Baixa	Dano Alto - Incerteza quanto à concretização da contratação do objeto pretendido Impacto Alto - Indisponibilidade do objeto
	Id	Ação preventiva	
	1	Elaborar Termo de Referência bem fundamentado	
	2	Efetuar ampla pesquisa de preços e análise de mercado em busca do maior número possível de concorrentes	
	Id	Ação de contingência	
RISCO 2	Risco:	Indisponibilidade de recursos orçamentários	
	Probabilidade:	Média	Dano Alto - Fracasso na contratação do objeto Impacto Alto - Indisponibilidade do objeto
	Id	Ação preventiva	
	1	Garantir os recursos na previsão orçamentária	
	2	Verificar a disponibilidade orçamentária	
	Id	Ação de contingência	
	1	Solicitar transferência de recursos de outro programa	
	2	Solicitar crédito suplementar	
	3	Remanejar recurso priorizando a contratação	
	Risco:	Estabelecimento de critérios que limitem a competição	
RISCO 3	Probabilidade:	Média	Dano Médio - Limitação do número de licitantes Impacto Médio - propostas de preço da licitação superior à média de preços para fornecimento a administração pública.
	Id	Ação preventiva	
	1	Verificar se os requisitos estabelecidos são atendidos por quantidade razoável de concorrentes que supostamente atendem à necessidade da contratação. Se o número for considerado restrito, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou redução desses requisitos.	
		Equipe de Planejamento da Contratação	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



ANÁLISE DE RISCOS

RISCO 4	2	Caso os requisitos que limitem a concorrência sejam indispensáveis deve-se apontar a necessidade dos mesmos e os possíveis riscos de flexibilizá-los ou abdicar deles.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Em caso de poucos concorrentes ou apenas um concorrente elaborar pesquisa de preço buscando preços anteriormente praticados pelo(s) fornecedor(es) para o mesmo objeto em contratos para fornecimento ao governo.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de contingência	Responsável
	1	Elaborar novo termo de referência e realizar nova licitação.	Equipe de Planejamento da Contratação
RISCO 5	Risco:	Licitação impugnada	
	Probabilidade:	Média	Dano Alto - Disponibilidade do objeto
			Impacto Alto - Disponibilidade do objeto
	Id	Ação preventiva	Responsável
	1	Elaborar artefatos bem fundamentados de modo a dar a devida justificativa aos possíveis questionamentos.	Equipe de Planejamento da Contratação
RISCO 5	Id	Ação de contingência	Responsável
	1	Ajustar o Termo de Referência e realizar nova licitação	Equipe de Planejamento da Contratação
	Risco:	Atraso na entrega dos equipamentos	
	Probabilidade:	Baixa	Dano Alto - Demora no atendimento ou não solução dos problemas
			Impacto Alto - Comprometimento da disponibilidade e qualidade dos serviços de TI
RISCO 5	Id	Ação preventiva	Responsável
	1	Elaborar cláusulas relativas ao prazo de entrega dos equipamentos	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Aplicar as penalidades previstas em contrato durante	Equipe de Fiscalização do Contrato
	Id	Ação de contingência	Responsável
	1	Solicitar entrega dos produtos	Equipe de Fiscalização do Contrato
2. RISCOS DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
RISCO 1	Risco:	Má qualidade do objeto contratado	
	Probabilidade:	Baixa	Dano Médio - Demora na solução de problemas de equipamentos obsoletos
			Impacto Alto - compromete a agilidade e qualidade dos serviços de TI
	Id	Ação preventiva	Responsável
	1	Elaboração de cláusulas contratuais com exigências adequadas para as necessidades do TRF2/SJRJ.	Equipe de Planejamento da Contratação
RISCO 1	Id	Ação de contingência	Responsável
	1	Aplicar as penalidades previstas em eventuais descumprimentos das condições do Termo de Referência	SCONT





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



ANÁLISE DE RISCOS

3. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO					
Papel	Nome	Matricula	Setor	Telefone	E-mail
Integrante Requisitante:	Maria Lúcia G. C. Carnaval.	T212047	STI/DISUS	2282-8098	m.lucia@trf2.jus.br
Integrante Requisitante Suplente:	Terezinha Regina Frydman	T212034	STI/COATLO	2282-7747	frydman@trf2.jus.br
Integrante Técnico:	Neimar Torres da Silva	T212030	STI/SEGECE	2282-8005	neimar@jfrj.jus.br
Integrante Técnico Suplente:	Carlos Alberto Caldas da Silva	T212041	STI/COREDA	2282-8809	carloscaldas@trf2.jus.br
Integrante Administrativo:	Leonardo Pastro Vieira	T211795	SAT/DIMAT	2282-8264	leonardovieira@trf2.jus.br
Integrante Administrativo Suplente:	Miguel Angelo Ferreira da Costa	12152	SALMOX	2282-8264	miguelangelo@trf2.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Nº DOD:	TRF2-DOD-2022/00026	DATA:	28/03/2022
----------------	---------------------	--------------	------------

Construção: Integrante Técnico e Integrante Requisitante.

Apoio: Integrante Administrativo.

Objetivo do Artefato: A Análise de Viabilidade da Contratação demonstra a viabilidade técnica e econômica da contratação.

1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC (STIC)		
Registro de Preços para aquisição de equipamentos multimídia.		
2. REQUISITOS DE NEGÓCIO DA ÁREA REQUISITANTE		
2.1.NECESSIDADES DE NEGÓCIO		
Necessidade 1:	Permitir às unidades administrativas e judiciárias efetuarem a leitura e cópia de arquivos armazenados em mídias ópticas do tipo Blu-Ray recebidos de órgãos externos como, por exemplo, a Polícia Federal. Permitir a gravação de cópias de segurança em formato Blu-Ray.	
Funcionalidades		
Leitor de Blu-Ray externo: Dotar as estações de trabalho de Gravador de Blu-ray externo.		
Necessidade 2:	Caixa de som para os microcomputadores.	
Funcionalidades		
Caixa de som: permitir a conexão com os microcomputadores para uso durante webconferências.		
Necessidade 3:	Com o regime de trabalho híbrido, tornou-se necessário o uso de fone de ouvido por todos para o uso durante reuniões com o público interno e atendimento ao público externo.	
Funcionalidades		
Fone de ouvido: permitir a conexão com os microcomputadores para uso durante webconferências.		
2.2.DEMAIS REQUISITOS		
Id	Tipo	Requisito
2.2.1	Capacitação	Não haverá treinamento dos servidores, por já serem os equipamentos de uso comum na Justiça.
2.2.2	Requisitos Legais	Estar alinhado ao Planejamento Estratégico de TI da Justiça Federal. Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Decreto nº 5.450/2005, Decreto 7892/2013, Resolução nº 182/2013 CNJ.
2.2.3	Requisitos de Manutenção	Os produtos deverão ser garantidos pela empresa Contratada por um período mínimo de 12 (doze) meses ou aquele oferecido pela Contratada em sua Proposta Comercial.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.2.4	Requisitos Temporais	A Contratada terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos , contados a partir do dia útil subsequente a data de recebimento do empenho, para entrega dos equipamentos solicitados em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.					
2.2.5	Requisitos de Segurança	Não se aplica.					
2.2.6	Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais	Não se aplica.					
3. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS							
Devido à simplicidade e caráter generalista da solução a ser adquirida, não existe uma solução alternativa.							
4. ANÁLISE E COMPARAÇÃO (CUSTOS) DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES							
Não se aplica.							
5. DETALHAMENTO DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES (Aplicável especialmente para o caso de STIC que envolva software)							
Id.	Requisito	Sim	Não	Não se Aplica			
5.1	A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal?	X					
5.2	A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Justiça Federal?	X					
5.3	A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro (http://www.softwarepublico.gov.br)?			X			
5.4	Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)?			X			
5.5	A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil (quando houver necessidade de certificação digital)?			X			
5.6	A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário – MoReq-Jus?			X			
6. SELEÇÃO E JUSTIFICATIVA DA STIC ESCOLHIDA							
Não se aplica.							
7. BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕE A SOLUÇÃO/ORÇAMENTO ESTIMADO							
Item	Discriminação	Quantidade			Quantidade Máxima	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
		TRF	SJRJ	SJES			





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1	Descrição: Drive DVD ROM, tipo: gravador e leitor de mídia Blu-Ray, aplicação: microcomputador, velocidade leitura: 8x Descrição Complementar: Drive externo com conectividade USB. Similar aos modelos Asus BW-16D1X-U e Pioneer BDR-XD07UHD. Código SIASG: 392990	2	-	5	7	R\$1.392,56	R\$9.747,94
2	Descrição: Fone ouvido Código CATMAT: 20583	1000	2000	200	3200	R\$196,70	R\$629.433,70
3	Descrição: Caixa Som Código CATMAT: 150225	1000	2000	-	3000	R\$179,00	R\$537.000,00
						VALOR TOTAL	R\$1.176.181,54

8. ALINHAMENTO EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES DE NEGÓCIO E REQUISITOS TECNOLÓGICOS

O alinhamento às necessidades de negócio é pleno e não há conflitos com os requisitos tecnológicos existentes.

9. BENEFÍCIOS ESPERADOS

Id	Benefício
9.1	Garantir o acesso à leitura de material em formato Blu-Ray fornecido por outros órgãos, como a Polícia Federal, principalmente.
9.2	Garantir dispositivos adequados à participação em webconferências.

10. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

A estimativa foi baseada na análise:

- das necessidades atuais informadas pelas unidades requisitantes quando do levantamento de necessidades de TI;
- do tamanho do parque de equipamentos que utiliza tais acessórios;
- do atendimento de novas demandas não previstas até a data de elaboração deste documento e;
- da necessidade de substituição de materiais em fim de vida útil, tanto por conta do desgaste, quanto pela existência de danos.

Assim, considerou-se 50% do total de microcomputadores (1000 unidades) como estimativa de quantidade para registro de preços para eventual aquisição de fones e caixas de som. E para o dispositivo blu-ray, estabeleceu-se o quantitativo de 20% do quantitativo atual em uso (11 unidades).

11. NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Tipo de necessidade	Descrição
Infraestrutura tecnológica	Não se aplica
Infraestrutura elétrica	Não se aplica
Logística de implantação	Não se aplica
Espaço físico	Não se aplica
Mobiliário	Não se aplica
Impacto ambiental	Não se aplica
Capacitação dos funcionários da contratada	Não se aplica
Outros	Não se aplica





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

12. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO					
Papel	Nome	Matricula	Setor	Telefone	E-mail
Integrante Requisitante:	Maria Lúcia G. C. Carnaval.	T212047	STI/DISUS	2282-8098	m.lucia@trf2.jus.br
Integrante Requisitante Suplente:	Terezinha Regina Frydman	T212034	STI/COATLO	2282-7747	frydman@trf2.jus.br
Integrante Técnico:	Neimar Torres da Silva	T212030	STI/SEGECE	2282-8005	neimar@jfrj.jus.br
Integrante Técnico Suplente:	Carlos Alberto Caldas da Silva	T212041	STI/COREDA	2282-8809	carloscaldas@trf2.jus.br
Integrante Administrativo:	Leonardo Pastro Vieira	T211795	SAT/DIMAT	2282-8264	leonardovieira@trf2.jus.br
Integrante Administrativo Suplente:	Miguel Angelo Ferreira da Costa	12152	SALMOX	2282-8264	miguelangelo@trf2.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Plano de Sustentação

Nº SEC:	TRF2-DOD-2022/00026	DATA:	28/03/2022
----------------	---------------------	--------------	------------

Construção: Integrante Técnico.

Apoio: Integrante Requisitante, Integrante Administrativo.

Objetivo do artefato: O Plano de Sustentação visa garantir a continuidade do negócio durante e após a entrega da Solução de Tecnologia da Informação, bem como após o encerramento do contrato.

1- RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DO NEGÓCIO DURANTE E APÓS A EXECUÇÃO DO CONTRATO

A continuidade será feita por cláusula de garantia por prazo de 12 (doze) meses. Após esse prazo, poderá ser analisada a necessidade de aquisição de novos itens, caso apresentem reiteradas falhas.

2- ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE DE FORNECIMENTO DA SOLUÇÃO EM EVENTUAL INTERRUPÇÃO CONTRATUAL

Id	Ação	Aplicação
2.1	Não cumprimento de cláusula de garantia	Fiscal técnico encaminha ao gestor pedido de sanção para a CONTRATADA.
2.2	Falência da CONTRATADA	Acionar fabricante do produto para prestar serviço de suporte e troca do material.

3- AÇÕES PARA TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Id	Ação	Aplicação
3.1	Entrega de versões finais dos produtos e da documentação	Não se aplica.
3.2	Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC	Não se aplica.
3.3	Devolução de recursos materiais	Não se aplica.
3.4	Revogação de perfis de acesso	Não se aplica.
3.5	Eliminação de Caixas Postais	Não se aplica.
3.6	Outras que se apliquem	Não se aplica.

4- ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA DO ÓRGÃO COM RELAÇÃO À EMPRESA CONTRATADA

Id	Ação	Aplicação
4.1	Transferência de Conhecimento (para os casos de contratação de desenvolvimento de software sob encomenda no mercado de TIC)	Não se aplica.
4.2	Direitos de propriedade intelectual e autoral da solução de TI (Cláusulas segundo a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998)	Não se aplica.

5- EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Papel	Nome	Matrícula	Setor	Telefone	E-mail
Integrante Requisitante:	Maria Lúcia G. C. Carnaval.	T212047	STI/DISUS	2282-8098	m.lucia@trf2.jus.br
Integrante Requisitante Suplente:	Terezinha Regina Frydman	T212034	STI/COATLO	2282-7747	fraydman@trf2.jus.br
Integrante Técnico:	Neimar Torres da Silva	T212030	STI/SEGECE	2282-8005	neimar@jfrj.jus.br
Integrante Técnico Suplente:	Carlos Alberto Caldas da Silva	T212041	STI/COREDA	2282-8809	carloscaldas@trf2.jus.br
Integrante Administrativo:	Leonardo Pastro Vieira	T211795	SAT/DIMAT	2282-8264	leonardovieira@trf2.jus.br
Integrante Administrativo Suplente:	Miguel Angelo Ferreira da Costa	12152	SALMOX	2282-8264	miguelangelo@trf2.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Plano de Sustentação

Nº SEC:	TRF2-DOD-2022/00026	DATA:	28/03/2022
----------------	---------------------	--------------	------------

Construção: Integrante Técnico.

Apoio: Integrante Requisitante, Integrante Administrativo.

Objetivo do artefato: O Plano de Sustentação visa garantir a continuidade do negócio durante e após a entrega da Solução de Tecnologia da Informação, bem como após o encerramento do contrato.

1- RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DO NEGÓCIO DURANTE E APÓS A EXECUÇÃO DO CONTRATO

A continuidade será feita por cláusula de garantia por prazo de 12 (doze) meses. Após esse prazo, poderá ser analisada a necessidade de aquisição de novos itens, caso apresentem reiteradas falhas.

2- ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE DE FORNECIMENTO DA SOLUÇÃO EM EVENTUAL INTERRUPÇÃO CONTRATUAL

Id	Ação	Aplicação
2.1	Não cumprimento de cláusula de garantia	Fiscal técnico encaminha ao gestor pedido de sanção para a CONTRATADA.
2.2	Falência da CONTRATADA	Acionar fabricante do produto para prestar serviço de suporte e troca do material.

3- AÇÕES PARA TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Id	Ação	Aplicação
3.1	Entrega de versões finais dos produtos e da documentação	Não se aplica.
3.2	Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC	Não se aplica.
3.3	Devolução de recursos materiais	Não se aplica.
3.4	Revogação de perfis de acesso	Não se aplica.
3.5	Eliminação de Caixas Postais	Não se aplica.
3.6	Outras que se apliquem	Não se aplica.

4- ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA DO ÓRGÃO COM RELAÇÃO À EMPRESA CONTRATADA

Id	Ação	Aplicação
4.1	Transferência de Conhecimento (para os casos de contratação de desenvolvimento de software sob encomenda no mercado de TIC)	Não se aplica.
4.2	Direitos de propriedade intelectual e autoral da solução de TI (Cláusulas segundo a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998)	Não se aplica.

5- EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Papel	Nome	Matrícula	Setor	Telefone	E-mail
Integrante Requisitante:	Maria Lúcia G. C. Carnaval.	T212047	STI/DISUS	2282-8098	m.lucia@trf2.jus.br
Integrante Requisitante Suplente:	Terezinha Regina Frydman	T212034	STI/COATLO	2282-7747	fridman@trf2.jus.br
Integrante Técnico:	Neimar Torres da Silva	T212030	STI/SEGECE	2282-8005	neimar@jfrj.jus.br
Integrante Técnico Suplente:	Carlos Alberto Caldas da Silva	T212041	STI/COREDA	2282-8809	carloscaldas@trf2.jus.br
Integrante Administrativo:	Leonardo Pastro Vieira	T211795	SAT/DIMAT	2282-8264	leonardovieira@trf2.jus.br
Integrante Administrativo Suplente:	Miguel Angelo Ferreira da Costa	12152	SALMOX	2282-8264	miguelangelo@trf2.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO TRF2-EOF-2022/00107
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente processo licitatório o registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos multimídia para o **Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)**, a **Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ)** e a **Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES)**, conforme especificações estipuladas neste Termo de Referência.

DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (TRF2)

CNPJ: 32.243.347/0001-51
Rua Acre, 80, sala 604 (LICITAÇÃO) – Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20081-000
SITE: www.trf2.jus.br
Seção de Licitações: (21) 2282-8016 / 8682 (12 às 17h)
E-mail: cpl@trf2.jus.br

DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (SJRJ)

CNPJ: 05.424.467/0001-16
Av. Almirante Barroso, 78, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.040/009
Site: www.jfrj.jus.br
Seção de Licitações: Fone (21) 3218-9767 / 9868 (12 às 17h)
E-mail: licitacoes@jfrj.jus.br

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO (SJES)

CNPJ: 05.424.467/0001-82
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1877
Bairro: Monte Belo – CEP: 29.053-245 – Vitória – ES
Site: www.jfes.jus.br
Seção de Licitações: Fone (27) 3183-5105 (de 12 às 19h) / Fax (27) 3183-5094
E-mail: selic@jfes.jus.br

2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

- 2.1. A licitante deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante a seguir, contendo discriminação detalhada dos produtos/serviços ofertados contendo valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso;
- 2.2. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, transportes, embalagens, seguro, mão-de-obra, salários dos



TRF2NCC202201005A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam relacionadas na proposta.

Item	Discriminação	Quantidade			Quantidade e Máxima	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
		TRF	SJRJ	SJES			
1	Descrição: Drive DVD ROM, tipo: gravador e leitor de mídia Blu-Ray, aplicação: microcomputador, velocidade leitura: 8x Descrição Complementar: Drive externo com conectividade USB. Similar aos modelos Asus BW-16D1X-U e Pioneer BDR-XD07UHD. Código SIASG: 392990	2	-	5	7		
2	Descrição: Fone ouvido Código CATMAT: 20583	1000	2000	200	3200		
3	Descrição: Caixa Som Código CATMAT: 150225	1000	2000	-	3000		
VALOR TOTAL							

3. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Atendimento às unidades da área fim e administrativa que necessitem de equipamentos multimídia, bem como dispositivos adequados à participação em webconferências, mantendo Ata de Registro de Preços vigente para atender eventual demanda das unidades que necessitem destes tipos de dispositivos.

4. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

- 4.1. O investimento em equipamentos multimídia tem como objetivo principal disponibilizar recursos de TI necessários para suportar adequadamente os processos de negócio das áreas judiciais e administrativas, garantindo a disponibilidade dos serviços de TI, visando, assim, assegurar os níveis de serviço institucionalmente exigidos.

5. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF

- 5.1. Esta contratação está alinhada aos objetivos "Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal" e "Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal" constantes no Plano Estratégico de TI da JF - PETI, conforme Resolução nº 685 de 2020 do CJF.

6. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO:

- 6.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) **TRF2-DOD-2022/00026** e seus Estudos Preliminares (artefatos), conforme Processo nº **TRF2-EOF-2022/00107**.

7. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

- 7.1. A estimativa foi baseada na análise:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 7.1.1. das necessidades atuais informadas pelas unidades requisitantes quando do levantamento de necessidades de TI;
- 7.1.2. do tamanho do parque de equipamentos que utiliza tais acessórios;
- 7.1.3. do atendimento de novas demandas não previstas até a data de elaboração deste documento e;
- 7.1.4. da necessidade de substituição de materiais em fim de vida útil, tanto por conta do desgaste, quanto pela existência de danos.
- 7.2. Assim, considerou-se 50% do total de microcomputadores (1000 unidades) como estimativa de quantidade para registro de preços para eventual aquisição de fones e caixas de som. E para o dispositivo blu-ray, estabeleceu-se o quantitativo de 20% do quantitativo atual em uso (11 unidades).

8. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E ANÁLISE DE MERCADO DE TIC

- 8.1. Devido à simplicidade e caráter generalista da solução a ser adquirida, não existe uma solução alternativa.

9. JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

- 9.1. Não se aplica.

10. DA NATUREZA DO OBJETO

- 10.1. Por se tratar da aquisição de dispositivos eletrônicos, não se configura um caso de serviço continuado.

11. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

- 11.1. No contexto desta contratação e de acordo com os requisitos levantados, verifica-se que o objeto poderá ser dividido em itens, e que a divisão não traz prejuízo para o objetivo final almejado. Portanto, o objeto desta licitação será divisível e cada item poderá ser adjudicado a uma empresa diferente.

12. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

- 12.1. Verifica-se que os equipamentos, são oferecidos por diversos fornecedores no mercado de TIC e apresentam características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o objeto da contratação é comum e, portanto, sugere-se como melhor opção a utilização da modalidade "Pregão" sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo "Menor Preço".

13. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. A Licitante deve respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante a CONTRATANTE, os órgãos ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao meio ambiente.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

14. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL

- 14.1. O manuseio dos equipamentos deve estar de acordo com a Política de Utilização de Recursos de TI (TRF2-PTP-2014/00432).

15. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 15.1. Não se aplica.

16. DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

- 16.1. Todos os equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos, estar em linha de produção e fabricação, com a embalagem original de fábrica lacrada, sendo que, em hipótese alguma, o CONTRATANTE aceitará equipamentos reconicionados ou já utilizados anteriormente.
- 16.2. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os itens e acessórios necessários à sua perfeita ativação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes, os quais poderão estar em meio eletrônico.
- 16.3. **ITEM 1 - Leitor de Blu-Ray externo:**
- 16.3.1. Formato: slim;
- 16.3.2. Cor predominante: preto, prata ou cinza;
- 16.3.3. Velocidade de gravação:
- 16.3.3.1. BD-R (SL): 6x,
- 16.3.3.2. BD-R(DL): 6x,
- 16.3.3.3. BD-R (TL): 4x
- 16.3.3.4. BD-R (QL): 4x
- 16.3.3.5. BD-RE(SL): 2x
- 16.3.3.6. BD-RE(DL): 2x
- 16.3.3.7. BD-RE(TL): 2x
- 16.3.4. Velocidade de reprodução:
- 16.3.4.1. BD-R (SL): 6x
- 16.3.4.2. BD-R(DL): 6x
- 16.3.4.3. BD-R(TL): 4x
- 16.3.4.4. BD-R(QL): 4x
- 16.3.4.5. BD-RE (SL): 6x
- 16.3.4.6. BD-RE(DL): 6x
- 16.3.4.7. BD-RE(TL): 2x
- 16.3.4.8. BD-ROM(DL): 6x
- 16.3.5. Sistemas operacionais compatíveis: Windows 10 ou superior (Plug & Play);
- 16.3.6. Alimentação: mediante interface USB;
- 16.3.7. Conexão: Suportar USB 2.0 ou superior e conector USB Tipo A;
- 16.3.8. Suportar mídias Blu-Ray de alta capacidade (BDXL);
- 16.3.9. Deverá ser fornecido com cabo USB apropriado ao funcionamento da unidade (dados e alimentação utilizando somente uma porta USB).
- 16.3.10. Similar aos modelos Asus BW-16D1X-U e Pioneer BDR-XD07UHD.

16.4. **ITEM 2 – Fone de ouvido:**



TRF2NCC202201005A





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 16.4.1. Fones de ouvido supra-auriculares do tipo biauricular acolchoados com material antialérgico e microfone embutido.
- 16.4.2. Alto Falantes lado esquerdo e lado direito.
- 16.4.3. Braço do microfone com eixo ajustável
- 16.4.4. Microfone com redução de ruídos
- 16.4.5. Deve oferecer controle de volume, mudo, acoplado no próprio cabo;
- 16.4.6. impedância de entrada: 32 Ohms;
- 16.4.7. Sensibilidade (headphone): 94dBV/Pa +/-3 db;
- 16.4.8. Sensibilidade (microfone):-17dBV/Pa +/-4 db;
- 16.4.9. Resposta de frequência (headset): 20 Hz - 20 KHZ;
- 16.4.10. Reposta de frequência (Microfone): 100 hz - 10 khz.
- 16.4.11. Cabo com no mínimo 1,90m de comprimento;
- 16.4.12. Possuir processamento som estéreo digital;
- 16.4.13. Plug-and-play USB sem necessidade de software adicional;
- 16.4.14. Possuir conexão USB 2.0 ou superior
- 16.4.15. Cor preta, cinza ou combinação de ambas.
- 16.4.16. Deverá ser biauricular
- 16.4.17. O Arco de cabeça deve ser leve e ajustável, e de plástico resistente.
- 16.4.18. Protetor do ouvido almofadado revestido em couro sintético ou corino substituíveis para ambas as orelhas;
- 16.4.19. Deverá possuir adaptação ergonômica;
- 16.4.20. Deverá possuir haste flexível para ajuste de microfone;
- 16.4.21. Deverá ser compatível com Microsoft Skype for Business
- 16.4.22. Deverá ser compatível com Microsoft Windows 10 ou superior;
- 16.4.23. Deverá possuir garantia de 24 (vinte e quatro) meses do fabricante em todo território nacional
- 16.4.24. O modelo ofertado pela LICITANTE deverá possuir assistência técnica oferecida pelo fabricante em território nacional (Brasil).
- 16.4.25. O modelo ofertado deverá ser produzido por fabricante que ofereça assistência técnica em território nacional (Brasil) e tenha página de internet com informações sobre o produto.
- 16.4.26. O headset é destinado ao uso corporativo e deverá apresentar uma aparência sóbria, ou seja, sem detalhes chamativos como luzes (LEDs) ou desenhos/escritas em serigrafia e não deve ser de linha de produtos do tipo gamer.
- 16.4.27. Similar aos modelos AGEM AHX-3000 USB e Logitech H390.

16.5. ITEM 3 – Caixa som:

- 16.5.1. Caixa de som: Plug & Play
- 16.5.2. Potência de saída: 15W RMS;
- 16.5.3. Canais de som: 2.0.
- 16.5.4. Resposta de frequência: 20hz - 20.000hz
- 16.5.5. Sensibilidade: 96 dB;
- 16.5.6. Impedância 32 ohms;
- 16.5.7. Saída para fone de ouvido: P2 3,5mm;
- 16.5.8. Controle de volume de saída de áudio e liga/desliga;
- 16.5.9. Som Estéreo;
- 16.5.10. Alimentação USB e cabo de entrada de som P2 3,5 mm.
- 16.5.11. Cabo 1.2 metros.
- 16.5.12. Cor: preto, cinza ou combinação dessas cores.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 16.6. Até a data de elaboração destas especificações técnicas os modelos de referência de equipamentos atendiam plenamente às especificações técnicas do edital. Eventualmente os fabricantes promovem atualizações nos parâmetros técnicos dos produtos. Em tais casos, ocorrendo mudança nas características técnicas do produto que o faça apresentar características técnicas inferiores às exigidas no edital a LICITANTE que ofertá-lo terá sua proposta desclassificada.

17. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA

- 17.1. O prazo de entrega dos materiais será de, no máximo, **15 (quinze) dias** corridos a partir do dia útil seguinte ao do recebimento da nota de empenho.
- 17.2. As entregas dos equipamentos deverão ser realizadas nos seguintes endereços:
- 17.2.1. No **TRF2**:
Seção de Almoxarifado - SALMOX
Rua Acre, 80, Sala 305, Centro – Rio de Janeiro/RJ
Telefone: 21 3261-8264
E-mail: salmox@trf2.jus.br
Horário: das 12:00 às 17:00 de 2ª a 6ª
- 17.2.2. Na **SJRJ**:
Seção de Almoxarifado - SEALM
Av. Equador, 613 - Santo Cristo – Rio de Janeiro-RJ
Telefone: 21 3218-6612/6613
E-mail: tssealm@jfrj.jus.br
Horário: das 12:00 às 17:00 de 2ª a 6ª
- 17.2.3. Na **SJES**:
Seção de Material – SEMAT
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877 – Monte Belo - Vitória/ES
Telefone: (27) 3183-5004
E-mail: semat@jfes.jus.br
Horário: das 12:00 às 17:00 de 2ª a 6ª
- 17.3. O CONTRATANTE poderá efetuar consulta do número de série do equipamento junto ao fabricante, informando data de compra e empresa adquirente, confirmando a procedência legal dos equipamentos.
- 17.4. Caso não sejam fabricados no Brasil, os equipamentos deverão ser importados legalmente, assegurando a prestação de garantia e suporte original do fabricante conforme estipulado adiante, não sendo aceitos equipamentos contrabandeados ou importados sem o reconhecimento da garantia no Brasil por parte do fabricante.

18. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- 18.1. A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação. O prazo em todas as etapas tem como referência inicial o fim da etapa anterior:

Etapa	Descrição	Prazo
01	Entrega do Empenho	-





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

02	Entrega dos equipamentos	O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias corridos a contar do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento da Nota de Empenho.
03	Recebimento provisório do objeto	Imediatamente depois de efetuada a entrega dos equipamentos.
04	Recebimento definitivo do objeto	No prazo de até 02 (dois) dias úteis para contratações com valor inferior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e em até 10 (dez) dias úteis para as de valor superior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, após o recebimento provisório, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 19.1. Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos de prestar o serviço contratado, desde que se apresentem devidamente identificados, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do CONTRATANTE.
- 19.2. Prestar informações e esclarecimentos à CONTRATADA, necessários ao cumprimento do objeto deste contrato.
- 19.3. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento objeto deste contrato, determinado, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas.
- 19.4. Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento do objeto desta contratação;
- 19.5. Recusar o recebimento do hardware, material ou serviço que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA.
- 19.6. Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do objeto desta contratação pela CONTRATADA.
- 19.7. Demais deveres e responsabilidades previstos no edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 20.1. Responder por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 20.2. O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- 20.3. As especificações descritas ao longo do Termo de Referência representam os requisitos essenciais exigidos pelo CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA fornecer todos os componentes de hardware e software necessários para que elas sejam atendidas, sem exceção.
- 20.4. A CONTRATADA poderá fornecer itens com características adicionais e até mesmo superiores, desde que não haja prejuízo de qualquer das funcionalidades especificadas e se





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- mantenha a compatibilidade da solução. Tal mudança deverá ser solicitada ao CONTRATANTE e deverá contar com a anuência da mesma.
- 20.5. O fornecimento de qualquer material adicional (cabo, conector, transceiver, conversor etc.) necessário ao funcionamento de quaisquer dos itens adquiridos, não vislumbrados no Termo de Referência, será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 20.6. O transporte dos equipamentos até o local de entrega deverá ser realizado pela CONTRATADA, incluindo procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado.

21. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO

- 21.1. Gestor: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;
- 21.2. Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da Área requisitante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
- 21.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 21.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 21.5. Preposto: funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

22. DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 22.1. O instrumento formal se dará por intermédio de emissão de pedido de fornecimento e emissão de nota de empenho.

23. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATATANTE E CONTRATADA

- 23.1. Sempre que exigir-se, a comunicação entre o representante do CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico.

24. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

- 24.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:
- 24.1.1. **Provisoriamente:** Imediatamente pelo fiscal técnico, após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente a entrega dos equipamentos;



TRF2INC20201005A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 24.1.2. **Definitivamente:** no prazo de até **02 (dois)** dias **úteis** para contratações com valor inferior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e em até **10 (dez)** dias **úteis** para as de valor superior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, pelo gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.
- 24.2. Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos equipamentos e serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais;
- 24.3. Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN 01/2019/SGD/ME e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF;
- 24.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos estão em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da CONTRATADA, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação;
- 24.5. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

25. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 25.1. A(s) referida(s) Nota(s) Fiscal (is) será (ão) considerada(s) apta(s) para atesto definitivo somente após a conferência dos itens com suas especificações constantes neste anexo, e desde que, não existam outras pendências que impeçam a liberação da mesma para encaminhamento à rotina de pagamento;
- 25.2. A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto.

26. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 26.1. O CONTRATANTE nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece o artigo 29 da Instrução Normativa nº 01/2019/SGD, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.
- 26.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:
- 26.2.1. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
- 26.2.2. Ordenar à CONTRATADA que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- 26.2.3. Acompanhar e aprovar os serviços executados.
- 26.3. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais.
- 26.4. A CONTRATADA se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do TRF2/SJRJ, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 26.5. As irregularidades detectadas pela fiscalização do TRF2/SJRJ serão comunicadas por escrito à CONTRATADA, para sua pronta correção ou adequação.

27. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

- 27.1. Tendo em vista que se trata puramente da aquisição de equipamento de informática, não se aplica transferência de conhecimento neste caso.

28. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 28.1. A presente contratação não gera direitos de propriedade intelectual e autorias.

29. DA QUALIFICAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 29.1. Tendo em vista que se trata puramente da aquisição de equipamento de informática, não se aplica a exigência de qualificação técnica de profissionais neste caso.

30. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 30.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.
- 30.2. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:
- 30.2.1. Apresentar documentação falsa.
- 30.2.2. Fraudar a execução do contrato.
- 30.2.3. Comportar-se de modo inidôneo (reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993).
- 30.2.4. Cometer fraude fiscal.
- 30.2.5. Fizer declaração falsa.
- 30.2.6. Não assinar o contrato no prazo estabelecido.
- 30.2.7. Não mantiver a proposta.
- 30.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente ou juntamente com as multas definidas neste item 30 do Termo de Referência e com as seguintes penalidades:
- 30.3.1. Advertência.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 30.3.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 30.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 30.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos.
- 30.4. No caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à aplicação de multa de até 20% do valor do contrato.
- 30.5. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 30.6. Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:
 - 30.6.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da Ordem de Serviço; ou
 - 30.6.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 30.7. No caso do cometimento destas infrações elencadas no item 30.6, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de até 5% do contrato.
- 30.8. Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da CONTRATADA especificadas no contrato, a CONTRATADA, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% e 0,5% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais 1 (um) item obrigatório concomitantemente.
 - 30.8.1. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA:
 - 30.8.1.1. Caso o valor a ser pago à CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual;
 - 30.8.1.2. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, a garantia deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do CONTRATANTE.
 - 30.8.1.3. Caso os valores das faturas e da garantia sejam insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;
 - 30.8.1.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;
- 30.9. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

31. PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS

- 31.1. A garantia deverá ser prestada diretamente pelo fabricante, ou por sua rede credenciada, cujas peças de reposição deverão ser originais do fabricante, ressaltando-se que a abertura de chamado para prestação de garantia deverá ser realizada diretamente com a **CONTRATADA**;
- 31.2. Os equipamentos, incluindo todos os acessórios, devem possuir garantia por um período mínimo de **12 (doze) meses**, com Certificado de Garantia válido em todo o território nacional;
- 31.3. O início da garantia dar-se-á a partir da data de Recebimento Definitivo.
- 31.4. Quaisquer alegações por parte da CONTRATADA contra instalações (ambiente inadequado, rede elétrica, rede lógica) ou usuários (mau uso, etc.) do CONTRATANTE, devem ser comprovadas tecnicamente através de laudos detalhados e conclusivos. Não serão admitidas omissões baseadas em suposições técnicas sem fundamentação, "experiência" dos técnicos ou alegações baseadas em exemplos de terceiros. Enquanto não for efetuado o laudo, e esse não demonstrar claramente os problemas alegados, a CONTRATADA deve prosseguir com o atendimento dos chamados.

32. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 32.1. O prazo de vigência inicia-se na data de recebimento do empenho, estendendo-se até a data de aceite definitivo dos materiais.

33. DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 33.1. A Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura.

34. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 34.1. As despesas decorrentes da aquisição do material, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme especificado abaixo:

Itens	Fonte Pagadora	PRT	ND	Elementos de Despesa
01	TRF2 e SJES	AI	Capital	44.90.52.33 - Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto
02	TRF2, SJRJ e SJES	AI	Capital	44.90.52.33 - Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto
02	TRF2 e SJRJ	AI	Capital	44.90.52.33 - Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto

35. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES

- 35.1. A CONTRATADA não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes ao objeto contratado, a menos que expressamente autorizada pela CONTRATANTE.
- 35.2. A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao objeto contratado, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas do CONTRATANTE.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

36. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Papel	Nome	Matrícula	Setor	Telefone	E-mail
Integrante Requisitante:	Maria Lúcia G. C. Carnaval.	T212047	STI/DISUS	2282-8098	m.lucia@trf2.jus.br
Integrante Requisitante Suplente:	Terezinha Regina Frydman	T212034	STI/COATLO	2282-7747	frydman@trf2.jus.br
Integrante Técnico:	Neimar Torres da Silva	T212030	STI/SEGECE	2282-8005	neimar@jfrj.jus.br
Integrante Técnico Suplente:	Carlos Alberto Caldas da Silva	T212041	STI/COREDA	2282-8809	carloscaldas@trf2.jus.br
Integrante Administrativo:	Leonardo Pastro Vieira	T211795	SAT/DIMAT	2282-8264	leonardovieira@trf2.jus.br
Integrante Administrativo Suplente:	Miguel Angelo Ferreira da Costa	12152	SALMOX	2282-8264	miguelangelo@trf2.jus.br

